

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Ragda Ahmad Salah AL assar

A Irmandade Muçulmana: Nação sob o cosmo islâmico

Monografia apresentada ao Departamento
de História da PUC-Rio como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr Maurício Barreto Parada

Rio de Janeiro
Dezembro de 2010

A todos que se dedicam na tarefa de buscar o conhecimento com a mente aberta e o coração sincero.

Agradecimentos

Esse é o momento em que recordamos de todos aqueles que contribuíram de algum modo para realização desse trabalho acadêmico. Um momento de reconhecimento por nossa parte do esforço daqueles que o ajudaram na realização do mesmo, aumentando o nosso amor por eles.

Agradeço, primeiramente a Deus, por ter me agraciado com a difícil e prazerosa tarefa da busca do conhecimento e por ter me rodeado de pessoas maravilhosas ao longo de minha vida.

Ao meu orientador Maurício Barreto Parada, por sua sensibilidade na orientação, preocupando-se sempre respeitar a minha autoria. E por ser essa pessoa gentil incapaz de “abandonar” os alunos.

A minha família, por me conceder sua companhia e por me tornar que eu sou. Especialmente, minha amada irmã Rima, que busca sempre que dê o melhor de mim, aprimorando o meu caráter, como ser humana.

Ao meu querido cunhado Munzer por sua paciência e dedicação em me ajudar na realização dessa monografia. Especialmente, por sempre estampar um sorriso no rosto quando o procurava desesperada por socorro.

Aos amigos e colegas de curso, pelos momentos de angústias e alegrias que compartilhamos ao longo desses cinco anos.

Aos professores do departamento de História que contribuíram de algum modo para minha formação. Especialmente, a professora Flávia Eyler por buscar dos alunos a prática do pensamento em suas aulas.

Aos funcionários do departamento de História, Anair, Cláudio, Cleusa e Móises, por sempre estarem dispostos a nos ajudar e sempre atenciosos.

A todos que contribuíram diretamente e indiretamente para realização desse trabalho acadêmico.

Resumo

O presente trabalho analisa o conceito de *Umma Muslimah*, ou seja, Nação islâmica, a partir do estudo do movimento islâmico, a Irmandade Muçulmana, surgida no Egito, no período, em que este se encontrava sobre o pesado comando inglês.

Abordamos o contexto da sociedade egípcia nos anos 50 e suas diversas e conflitantes concepções de nação autônoma do poder colonialista inglês.

A monografia enfatiza a trajetória político- intelectual da Irmandade Muçulmana e o seu projeto de nação, a formação de nação baseada nos valores éticos e morais islâmicos e a consolidação de um Estado islâmico.

Palavras – chaves: Nação islâmica; Irmandade Muçulmana; nacionalismo/socialismo árabe.

Abstract

This paper examines the concept of *Ummah Muslimah*, or Islamic Nation, from the study of the Islamic movement, the Muslim Brotherhood, which arose in Egypt in the period in which it was heavy on the English command.

We address the context of Egyptian society in the '50s and its various and conflicting conceptions of autonomous nation of English colonial power.

The monograph emphasizes the political and intellectual trajectory of the Muslim Brotherhood and its national project, the formation of nation based on Islamic ethical and moral values and consolidation of an Islamic state.

Key - words: Islamic Nation, the Muslim Brotherhood; nationalism / socialism Arabic.

SUMÁRIO

Introdução	8
1. Compondo um mapa contextual – Egito: dois projetos de nação	
1.1 Egito: A Irmandade Muçulmana e o nacionalismo egípcio	11
2. A Irmandade Muçulmana: dois homens e dois caminhos.	
2.1 Hassan al Banna e a Irmandade Muçulmana	19
2.2 Sayyid Qutb e a nova <i>Jahiliya</i> (Ignorância)	24
3. Umma: “Nação islâmica”.	
3.1 <i>Umma</i> e sua significação	30
3.2 <i>Umma</i> : uma ordem islâmica	33
3.4 <i>Umma</i> e sua singularidade	36
4. Conclusão	38
5. Referência bibliográfica	41

“Sois a melhor nação que surgiu na humanidade, porque recomendais o bem , proibis o ilícito e credes em Deus”.
Alcorão Sagrado (3:110).

Introdução

Esta monografia tem por objetivo compreender o conceito de “*Umma Muslimah*” (أمة مسلمة), expressão em língua árabe, a qual normalmente é traduzida como “Nação islâmica”. Esta possui significações que se diferenciam das atribuídas pelo pensamento ocidental ao conceito, ao longo da história da humanidade.

O caminho escolhido para compreender estas particularidades da “*Umma*” foi analisar a ideologia proposta pelo grupo a Irmandade Muçulmana (الأخوان المسلمین – *al Ikhwan al Muslimin* – Irmãos Muçulmanos), fundado no Egito em 1928. A partir dos pensamentos de dois intelectuais muçulmanos, adeptos ao movimento de uma revivência do Islam, principalmente no mundo islâmico.

O primeiro é Hassan al Banna, fundador do movimento a Irmandade Muçulmana, foi capaz de diagnosticar um enfraquecimento das comunidades muçulmanas, inclusive de seu país, Egito, asfixiadas pela dependência em relação ao Ocidente. Propondo, então, um resgate dos valores morais éticos islâmicos na sociedade egípcia e no mundo muçulmano. Em que suas idéias influenciaram e continuam a influenciar a busca por um despertar islâmico, possibilitando a reconstrução de uma Nação islâmica e a consolidação de um Estado Islâmico, fundamentado no Corão¹ e nos *Hadiths*², os quais são corporificados na *Shaaria* (الشريعة - jurisprudência islâmica).

O segundo é Sayyid Qutb, um ideólogo islâmico, o qual lutou por um Egito independente do colonialismo inglês se opôs ao governo egípcio de Nasser (nacionalismo/socialismo árabe). Qutb propôs a formação de uma “*Umma Muslimah*”, Nação islâmica, e a constituição de um Estado egípcio islâmico nos anos 50. Por acreditar no esgotamento do papel do homem branco ocidental no desenvolvimento da humanidade, tanto no campo material quanto espiritual.

Ambos enfatizam que o Islam é uma religião integral, por ser um código de vida, o qual abrange todas as necessidades do homem desde políticas, econômicas e sociais à adoração a Deus; mantendo um equilíbrio entre o material e o espiritual no íntimo

¹ Livro sagrado para os muçulmanos. Composto de 114 suratas (capítulos). Palavra na língua árabe que significa leitura, recitação, lembrança, discernimento e entre outras.

² É a dominação dada pelos muçulmanos para as palavras e atos do profeta Muhammad (Que as bênçãos e paz de Deus estejam sobre ele).

humano. Possibilitando a construção de uma Nação capaz de romper com a opressão e com visto nos modelos originados do Ocidente.

Estudar esse tema se faz relevante nesse período de crise de paradigmas, em que se confrontam o discurso ético e humanitarista com os interesses políticos e econômicos. A ação intervencionista norte americana em alguns países árabes são muito “esclarecedores” em relação a isto, pois a figura do outro é personificado pelo mundo árabe, principalmente pelo Islam. Isto pode ser visto no universo da mídia, onde a Imprensa pode influenciar negativamente a opinião pública com distorções e informações deturpadas em relação ao Islam. Normalmente são abordados os principais aspectos da religião que são, na maioria das vezes, mal compreendidas ou interpretadas, principalmente após o 11 de setembro. Trazendo consigo a idéia desse outro ser “inimigo” da modernidade ocidental.

Nesse sentido, torna-se necessário compreender o motivo pelo qual se considera a Irmandade Muçulmana e seus apoiadores como inimigos da Modernidade Ocidental, principalmente em artigos de sites do exército norte americano, como o caso de muitos outros movimentos islâmicos. Em que o Ocidente e o Mundo islâmico são vistos como incompatíveis, onde o Islam é considerado pelo Ocidente como estranho a idéia de Democracia Liberal e Modernidade.

Entretanto o caminho percorrido nesse trabalho acadêmico me permitiu refletir que o outro, o mundo islâmico, também observa e reflete sobre o mundo ocidental, não apenas com um olhar de negação, mas de apropriação. Criando um projeto de sociedade ideal, a partir da composição de um discurso, em que se utilizam “categorias ocidentais” como Nação, Modernidade, e entre outras, mas atribuindo suas significações. Torna-se, nesse sentido importante ressaltar, que a Irmandade Muçulmana não nega a Modernidade, porém esta não é suficiente para atender as necessidades políticas e sociais vividas no mundo islâmico, na busca de uma constituição de um projeto de nação. Voltando-se para um outro caminho, o Islam e a formação de uma Nação islâmica (*أمة مسلمة - Umma Muslimah*).

Para esse estudo acadêmico, não se utilizou nenhum documento específico, mas diversos textos de âmbito acadêmico e religioso que tratassem da história e ideologia da Irmandade Muçulmana; e do conceito de *أمة مسلمة - Umma Muslimah* (Nação islâmica).

O primeiro capítulo dessa monografia constituirá um mapa contextual, abordando o cenário egípcio nos anos 50, com ênfase na luta dos egípcios por sua independência em relação ao colonialismo inglês. Essa independência feita pela a união de dois distintos grupos, que mais tarde por choque de ideais se distanciaram e se opuseram: A Irmandade Muçulmana fundada por Hassan Al Banna e o Movimento dos Oficiais Livres liderado por Gamal Abdel Nasser.

O segundo capítulo abordará a trajetória intelectual e política da movimento islâmico denominado de a Irmandade Muçulmana (الأخوان المسلمین – *al Ikhwan al Muslimin* – Irmãos Muçulmanos), a partir da ideologia de dois intelectuais, membros da Irmandade : Hassan al Banna e Sayyid Qutb; de como as duas ideologias propõe a formação de uma *Umma Muslimah* e a consolidação de um Estado islâmico, mas por caminhos diferentes, de acordo com a experiência vivida por cada um. Em que a Irmandade desloca-se de um movimento de ordem social para uma ordem política e de militância islâmica.

O terceiro e o último capítulo analisará os significados atribuídos pelo Islam ao conceito de Nação, ou seja, *Umma Muslimah*, Nação islâmica, a partir de um retornar a tradição islâmica, tendo como fontes primárias o *Corão* e os *Hadiths* Pois a Umma Muslimah (أمة مسلمة) possui características que se diferenciam das dadas pelo o pensamento ocidental ao longo da história da humanidade.

Muito me agrada trabalhar com esse tema por dois motivos. O primeiro por ser um tema pouco abordado no universo acadêmico brasileiro, mas o qual está crescendo, por se perceber a necessidade de estudar o “outro” para compreender a si mesmo. E o segundo por uma questão pessoal, pois sou muçulmana, e sinto a necessidade de um despertar islâmico, em que os muçulmanos retornem a prática de sua fé. Rogo à Deus que me perdoe por qualquer erro cometido nesse trabalho acadêmico e que este possa estar contribuindo um pouco por essa busca de um despertar islâmico; e para aqueles que buscam o conhecimento.

Capítulo I: Compendo um mapa contextual – Egito: dois projetos de nação

1.1 Egito: A Irmandade Muçulmana e o nacionalismo egípcio

O contato entre o Ocidente e o Mundo Islâmico foi reforçado pela experiência da conjuntura colonial, surgindo consigo inúmeros estranhamentos e reações de ambas as partes. O mundo muçulmano em diversos momentos expressou em relação ao Ocidente, ao mesmo tempo, um sentimento de admiração e aproximação, contudo também de repulsa e reação.

As respostas do universo islâmico frente ao contato colonialista europeu são diversas, e devem ser consideradas, pois não são somente uma mera reação ao contato como Ocidente. Por isso, John Esposito, em seu livro: *El desafío Islâmico. ¿Mito o Realidad?*³, classificou essas respostas em três principais linhas: o rechaço e o distanciamento, em que se considerava o Ocidente como inimigo permanente, no qual se devia rejeitar e afastar qualquer influência. Somente sendo possível lidar com o Ocidente pelo distanciamento por meio da migração ou do confronto direto.

A segunda linha é a laicização e a ocidentalização, vinda da perspectiva de que o progresso dos países dependia da aprendizagem com a Europa, pois a partir desse modelo poderiam ser capazes de desenvolver um sistema de modernização política, econômica e militarização.

A terceira e a última linha elaborada pelo autor era o modernismo islâmico, em que se admirava o avanço tecnológico e os ideais políticos de liberdade e igualdade, entretanto se criticava a dominação colonialista. Os defensores desse pensamento creiam que as Instituições européias deveriam ser adequadas ao mundo islâmico e conduzidas por valores éticos e morais islâmicos.

O sentimento de afastamento e aproximação ou de repulsa e admiração pode ser visto claramente na defesa do nacionalismo utilizado como um instrumento de independência dos países que compunham o mundo muçulmano. Nessa conjuntura de confronto se fazia necessário a luta contra a política imperialista e a dominação européia; entretanto esse confronto era baseado em categorias e instituições ocidentais

³ ESPOSITO, John L. *El desafío Islâmico. ¿Mito o Realidad?*. Acento Editorial. Madrid. 1996 p 69.

como democracia, governo constitucional, parlamentarismo e direitos individuais. E em que os principais líderes dos movimentos nacionais eram indivíduos de educação européia, porém de formação ou orientação islâmica.

O “modernismo islâmico” contribuiu consideravelmente para a formação do nacionalismo árabe. O Islam era um elemento fundamental, já que as principais metas do modernismo islâmico motivavam e complementavam as aspirações básicas nacionalistas, que era a manutenção e preservação da identidade muçulmana e o remodelamento da comunidade muçulmana existente, frente à ameaça de assimilação política cultural européia, a partir de uma releitura da tradição islâmica⁴.

Torna-se importante falar sobre o caráter predominante secular do nacionalismo árabe, com aspirações muito mais relacionadas a questões de língua, identidade e autonomia política durante os últimos anos dos séculos XIX e XX, do que religião ou a formação de uma comunidade muçulmana por meio do retorno a tradição islâmica. Embora houvesse uma identificação entre os dois movimentos de resistência ao colonialismo europeu em relação ao mundo “árabe islâmico”.

O modernismo islâmico aliado ao nacionalismo árabe e egípcio não foram ferramentas eficazes na libertação dos países árabes e muçulmanos da dominação européia após a Primeira Guerra Mundial. Nessa conjuntura o Império Otomano sofreu desagregação dos seus territórios; e no Tratado de Séveres (1920), o Império Otomano cedeu grande parte de seus domínios para as potências européias: Inglaterra e França. As quais implantaram o seu sistema de mandatos, que lhes davam o controle sobre países árabes como Egito, Iêmen, Palestina e Transjordânia para os ingleses e Síria e Líbano para os franceses.

Em frente a um sentimento de fracasso ou de insatisfação consigo próprio e com o mundo ao seu redor em relação a proteção e preservação do países contra o domínio político, econômico e a assimilação cultural ocidental começaram a surgir organizações políticas das diversas camadas da população com o desejo de mudança e de defender a auto-suficiência islâmica contra secularização e ocidentalização cultural, a quais causavam seus efeitos em quase todas as partes do mundo árabe. Dentro dessas

⁴ Essa idéia de releitura da tradição islâmica será vista e aprofundada na conclusão dessa monografia.

organizações podemos citar a Irmandade Muçulmana fundada no Egito em 1928 pelo intelectual islâmico Hassan al Banna.

Nessa primeira conjuntura, a Irmandade liderada por Hassan al Banna, era capaz de diagnosticar um enfraquecimento de sua sociedade (egípcia) asfixiada pela dependência em relação ao Ocidente; e de transformar um sentimento nacionalista anti-colonial em uma idéia de restauração da comunidade muçulmana a partir de uma revivência dos valores islâmicos.

Essa revivência representava elaborar e indicar caminhos alternativos para organização e modernização de sua sociedade, estas deveriam ser conduzidas pelo Islam. Revitalizando socialmente e politicamente a sociedade egípcia (e mundo muçulmano), através de fontes islâmicas que pretendiam aperfeiçoar a conduta muçulmana por meio de estudos do Corão⁵ e dos *Hadiths*⁶. O objetivo fundamental da Irmandade pode ser resumido nas frases: *“Deus é nosso objetivo, o Corão é nossa Constituição, o Profeta é nosso líder, a luta é nosso caminho e a morte por Deus é mais alta de nossas aspirações”*⁷.

A Irmandade creia que o Islam é um código de vida universal que compreende todos os assuntos da vida humana, possuindo o homem os mais altos níveis de comprometimento para alcançar esse “ideal”. O ponto de partida é a implantação de uma reforma na esfera moral e religiosa que pudesse normatizar noções como responsabilidade pública, mudança jurídica, participação popular e reforma educativa. Pois o que ameaçava os egípcios (e o mundo muçulmano), não era a dominação política, mas sim a influência cultural do Ocidente, a qual colocava em risco a identidade e a sobrevivência da comunidade muçulmana.

Logo para essa organização, era de fundamental importância uma revolução islâmica, entretanto essa revolução deveria ser iniciada primeiramente por uma mudança individual (espírito humano), em seguida uma social e por último uma política – um processo de reislamização por etapas: o indivíduo muçulmano; a família

⁵ Livro sagrado para os muçulmanos. Composto de 114 suratas (capítulos). Palavra na língua árabe que significa leitura, recitação, lembrança, discernimento e entre outras.

⁶ É a dominação dada pelos muçulmanos para as palavras e os atos do profeta Muhammad (Que as bênçãos e paz de Deus estejam sobre ele).

⁷ “Dios es nuestro objetivo, el Corón es nuestra constitución, el Profeta es nuestro líder, la lucha es nuestro camino y la muerte por Dios es la más alta de nuestras aspiraciones”. Hassan al Banna, apud. AYUBI, Nazih. *EL Islam político. Teorías, tradición y rupturas*. Ana Herrera (trad). Barcelona: Biblioteca del islam Contemporáneo/Edicions Bellaterra, 2000, p.188.

muçulmana; a sociedade muçulmana, o Estado muçulmano, e por último a “*Umma Muslimah*” (Nação islâmica) – . Estas eram condições básicas para se implantar um Estado islâmico que exigia em primeiro lugar uma reislamização consciente da sociedade tão influenciada pela cultura ocidental, restabelecendo o equilíbrio entre o Islam e o Ocidente.

A idéia de equilíbrio entre o Islam e o Ocidente era manifestada no desejo de modernização de seu país (e mundo muçulmano) orientado por valores islâmicos, propondo o estabelecimento de organizações e formas institucionais modernas, atuando em serviços sociais e educativos. A Irmandade utilizava-se de tecnologia e meios de comunicação modernos para difundir sua ideologia. Creia-se na abrangência do Islam em responder os questionamentos contemporâneos e propor um caminho para modernidade a partir da aplicação dos valores islâmicos no campo privado e coletivo.

A Irmandade Muçulmana junto com seu líder, Hassan al Banna, denunciava a falência da democracia ocidental que fortaleceu a manipulação das massas populares, a exploração econômica, a corrupção e a injustiça social. Tinha por objetivo criar uma sociedade e um estado islâmico autêntico, por fim um “*Umma Muslimah*” (Nação islâmica). A partir de um processo de reislamização fundamentado no retorno do homem aos valores éticos e morais islâmicos.

Um grande sentimento de insatisfação com a trajetória e os resultados do nacionalismo egípcio liberal inspirado no Ocidente seguia na sociedade egípcia. Esses sentimentos foram reforçados pela afirmação do Estado Israel, pela impossibilidade egípcia de reagir dignamente ao domínio europeu, pelo desemprego, miséria e corrupção generalizada do governo egípcio. A nova conjuntura mundial no pós Segunda Guerra representadas por duas novas potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, reforçou a idéia de imobilidade da sociedade egípcia, fortalecendo dois movimentos de cunho popular existentes no país: a Irmandade Muçulmana e o Nacionalismo/socialismo árabe do militar Gamal Abdel Nasser.

O desejo de transformar a sociedade egípcia (e mundo muçulmano) levou a Irmandade Muçulmana, nessa segunda conjuntura, a uma participação política ativa ressaltando a existência de uma terceira alternativa para o os muçulmanos, o Islam. A Irmandade comprometeu-se com a política, propondo e defendendo um Estado islâmico

e uma sociedade sob lei islâmica (*Shaaria*⁸). Esse posicionamento levou a Irmandade a confrontar-se com regimes nacionais como do rei egípcio Faruk⁹ (1936-1952), que ao assumir o governo restabeleceu o parlamento e a constituição de 1923, entretanto assinou acordos que intensificavam presença militar inglesa no território egípcio durante a Segunda Guerra Mundial, ainda que o governo tenha assumido uma posição de neutralidade em relação a esse assunto.

O confronto entre Irmandade Muçulmana e o governo do rei Faruk resultou na morte do seu líder, Hassan al Banna. Este, em 1949, foi assassinado pela polícia secreta sob a suposta acusação de envolvimento no assassinato do primeiro ministro do rei Faruk em 1948. Após esse acontecimento, a Irmandade foi colocada na ilegalidade e Sayyid Qutb se tornou principal líder da organização que tinha como objetivo político a reconstituição o estabelecimento de um único Estado islâmico, cujo poder se centralizava na autoridade do califa (governante) e na crença que somente a jurisdição da lei islâmica era capaz de solucionar os problemas políticos, econômicos e sociais vividos por seu país (e do mundo muçulmano).

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o número de membros ativistas da Irmandade Muçulmana cresceu significativamente e a organização exerceu uma enorme influência no território egípcio, inspirando o surgimento de organizações semelhantes no interior do mundo muçulmano (Síria, Sudão, Jordânia, Golfo, Norte da África). Esta influência foi afirmada em diversas demonstrações, marchas e protestos liderados pela Irmandade nos anos de seu maior poder entre 1945 e 1948. A Irmandade posicionava-se contra os fundamentos sociais do comunismo, democracia, uma sociedade cosmopolita e a ideologia pró-ocidental do partido dominante, o Wafd¹⁰.

⁸ Conjunto de leis islâmicas baseadas no Corão e nos Hadihts que formam a jurisprudência islâmica.

⁹ O rei Faruk era filho de Fuad que assumiu o governo egípcio logo após independência do país em 1922. Entretanto a independência concedida pelos britânicos era somente nominal, pois a Inglaterra continuava controlando o país. Em seu governo fechou o parlamento e impôs uma constituição que aumentava o poder da monarquia.

¹⁰ Wafd, palavra que se refere à delegação e tratava originalmente de uma organização política liderada por Sa'ad Zaghlul (1859-1927), conhecedor de leis islâmicas, que creia em primeiro momento que o Egito deveria tirar proveito da presença inglesa em seu território. Zaghlul mudou de posicionamento após a recusa do governo inglês a proposta do governo egípcio, em 1918, de apresentar a defesa da independência do Egito na Conferência de Versalhes. Em 1919 o partido Wafd foi estabelecido com a proposta de autonomia interna, um governo constitucional, os direitos civis, o controle completo do Egito sobre o Sudão e o Canal de Suez. No decorrer de sua trajetória, o partido se desviou de seu objetivo original e assumiu um posicionamento de moderação em relação a monarquia e a influência inglesa. O Wafd foi dissolvido em 1952 com golpe ou revolução dos Oficiais Livres.

A Irmandade Muçulmana representava nesse momento uma força política organizada e de escala nacional. A qual convocava senhores e trabalhadores para comporem círculos religiosos sob a orientação da jurisdição islâmica e de práticas de mobilização e infra-estrutura política.

O aparecimento do nacionalismo/socialismo árabe liderado por Nasser marcou o momento em que o nacionalismo egípcio foi para além das fronteiras nacionais e se transformou em um sentimento nacional pan-árabe, transnacional, que investia suas forças na união política árabe e independência da dominação estrangeira. Seu principal objetivo era a criação e afirmação de uma Nação árabe que possuísse unidade política e econômica.

Essa organização se apresentava como uma possibilidade alternativa das existentes (capitalismo individualista, ateísmo e teoria das lutas de classes comunistas). Propunha uma sociedade mais justa com o controle estatal dos recursos nacionais e de produção, uma distribuição mais equitativa da riqueza e realização de serviços sociais.

Gamal Abdel Nasser (1918-1970) foi um líder carismático cuja a influência foi para além das fronteiras egípcias, alargou o nacionalismo com o intuito de estabelecer uma liderança no mundo árabe, a partir de uma identidade comum. Defendia a unidade árabe, a oposição ao Ocidente e afirmação árabe frente à dominação ocidental do canal de Suez¹¹.

Os nacionalistas árabes e a Irmandade Muçulmana ativos na sociedade egípcia, compartilhavam de projetos comuns como a oposição ao imperialismo/colonialismo, a necessidade de união e solidariedade árabe a libertação da Palestina.

A aliança entre os nacionalistas árabes e Irmandade Muçulmana resultou no Golpe ou na Revolução egípcia dos Oficiais Livres em 1952, liderados por Gamal Abdel Nasser. Os oficiais Livres constituíam uma organização secreta de oficiais egípcios de patente média, que antes da liderança de Nasser tinham uma liderança corporativista. Originalmente, possuíam um plano de ação limitado, e nenhuma ideologia comum com a de Nasser, além da defesa dos interesses nacionais sobre os

¹¹ Canal que liga o mar Vermelho ao mar Mediterrâneo. Foi construído em 1869 através de um acordo entre Egito e França. Porém diante de diversas dívidas o canal passou a ficar sob o controle inglês a partir de 1822.

interesses de partidos e facções; e um sentimento de solidariedade com as populações camponesas, das quais vinham a maioria deles.

O Golpe ou a Revolução foi o resultado de um confronto iniciado em 1951 entre o governo inglês e “guerrilheiros” egípcios em frente a incapacidade de um acordo comum quanto ao domínio egípcio no Sudão e na Zona do Canal de Suez, que era um local estratégico na defesa dos interesses egípcios e de outros países do Oriente Médio, e também na defesa dos propósitos ingleses no Mediterrâneo Oriental e na África.

A vitória dos Oficiais Livres e de Nasser em relação ao regime pró-ingleses do rei Faruk representou um afastamento e uma repulsa a influência ocidental européia, a decadência do nacionalismo liberal ocidental. A nacionalização da Companhia do Canal de Suez em 1956 representou um essencial passo para a legitimação de Nasser enquanto líder do mundo árabe.

Ao alcançar e tomar a “gerência” do governo egípcio, Nasser assumiu um posicionamento de neutralidade na composição da Guerra Fria, o que lhe possibilitou uma mobilidade para acordos com países não alinhados aos Estados Unidos como Índia, Iugoslávia e União Soviética, que fornecia armamentos ao exército egípcio.

Como governante do Estado egípcio, Gamal Abdel Nasser dissolveu, em 1953, todos os partidos e organizações políticas existentes no Egito, exceto a Irmandade Muçulmana considerada pelo regime nasserista como um movimento ou organização de cunho social e não com um partido político. Entretanto, aliança foi rapidamente se deteriorando, e logo se evidenciando um enfretamento entre ambas as forças pelo controle da mobilização popular egípcia. Pois a Irmandade percebeu o desinteresse de Nasser em estabelecer um governo islâmico, cujas políticas de educação, moralidade cultural fossem dirigidas pela organização muçulmana. Nasser, ao ver da Irmandade, estava apenas se utilizando estrategicamente da popularidade da organização muçulmana para os seus próprios propósitos (consolidar-se no poder). Existia uma diferença fundamental e incompatível entre o nasserismo e a Irmandade Muçulmana que era a visão em relação ao Islam. Para Nasser o Islam era uma ferramenta de ponderação e arranjo político e já para Irmandade era um caminho essencial para o desenvolvimento da sociedade em todos os aspectos da vida humana.

Em 1954 a Irmandade intensificou suas atividades de propaganda na esfera estudantil e nos sindicatos, e também a sua participação em manifestações populares. Logo após o atentado contra a vida de Nasser no bairro de Manchiyya em Alexandria, ato atribuído pelo regime nasserista a Irmandade Muçulmana, esta foi reprimida colocada novamente na ilegalidade. Diversos membros da organização muçulmana foram presos e condenados à morte como Sayyid Qutb. Com a sua morte Irmandade, internamente se dividiu, e muitos membros evitaram a enfrentamento direto com o governo nasserista, atuando no âmbito social e educacional.

A Irmandade Muçulmana acusou Nasser de traição, de tentativa de extinção da organização e de utilizar a linguagem islâmica para disfarçar uma política completamente secular. Nasser utilizou-se do Islam para legitimar e consolidar o seu governo, além de aumentar o seu apoio popular e equilibrar a sua política externa. Para ele era extremamente necessário controlar a oposição islâmica e também a crescente afirmação da Arábia Saudita, a qual defendia um islamismo transnacional, criticando o socialismo “a - islâmico do regime nasserista.

O governo de Nasser fez reformas como regulamentar a jornada de trabalho, instituição do salário mínimo, ampliação dos serviços de saúde pública, distribuição de uma quantidade dos lucros da indústria em serviços de assistência social. Entretanto, as nacionalizações do regime e as promessas de reforma agrária não foram suficientes para diminuir a desigualdade econômica e social da sociedade egípcia. Representando a falência do ideário nasserista: projeto de regeneração da vida egípcia e por extensão a árabe, cuja a linha mestre era a defesa da independência árabe frente ao Ocidente nos campos: política, militar, econômico e cultural¹².

Essa falência foi intensificada com a derrota na guerra dos Seis Dias, a qual apontou a impotência dos governos árabes militarmente e diplomaticamente. A derrota do nacionalismo árabe foi um motivo para o ressurgimento islâmico e da idéia da insuficiência desse nacionalismo representado como um mito decadente incapaz de construir unidade nos propósitos e solidariedade pan-árabe.

¹² Logo após a morte de Nasser, a maioria dos partidos nasseristas que se havia criado foram desaparecendo como no Iraque, Síria, Jordânia, Arábia Saudita, Iêmen do Norte e Iêmen do Sul. Contudo o seu projeto de nacionalismo, desenvolvimento pan-árabe e sua figura como símbolo legitimador são, recorrentemente, apropriadas entre os dirigentes árabes contemporâneos.

Capítulo II: A Irmandade Muçulmana – dois homens, dois caminhos.

No primeiro capítulo analisou-se a conjuntura de surgimento de dois movimentos de resistência egípcia em relação a dominação estrangeira (secularização e ocidentalização): o nacionalismo/socialismo árabe e a Irmandade Muçulmana ou Irmãos Muçulmanos (الأخوان المسلمین - *al Ikhwan al Muslimin*). Nesse segundo capítulo deter-se-á a analisar a trajetória e ideologia da Irmandade Muçulmana, através de dois intelectuais, membros da organização: Hassan al Banna e Sayyid Qutb. Pois para entender a singularidade dos Irmãos Muçulmanos como movimento primeiramente social e mais tarde político, não é suficiente a análise somente da trajetória e ideologia do grupo. Tornando-se necessário fazer uma pequena reflexão sobre os pensamentos desses dois intelectuais, capazes de nos fazer compreender o momento de mudança de estratégia de ação dos Irmãos Muçulmanos, deslocando-se de um âmbito social para um político e de militância islâmica.

Hassan al Banna e a Irmandade Muçulmana.

Fundador da Irmandade Muçulmana, Hassan al Banna nasceu, em 1906, em uma pequena cidade de Delta, Mahmudiya, de uma família de sábios e artesãos. Al Banna teve uma educação baseada numa elementar educação islâmica. Focando seus estudos no التوحيد (*Tauhid* - teologia); الشريعة (*Shaaria* - jurisprudência); literatura árabe; e moderna ideologia islâmica). Viu um Egito completamente dominado pelo comando inglês, numa conjuntura em que se encontrava um mundo islâmico asfíxiado pela secularização e ocidentalização derivadas de uma influência estrangeira, em que as potências européias (França e Inglaterra) dividiam os países árabes em esferas de influência de acordo com seus interesses, principalmente após a abolição do Califado¹³ na Turquia em 1924.

¹³ Palavra em língua árabe referente ao governo fundamentado em princípios islâmicos em que o seu líder é denominado de Califa, o sucessor do profeta Muhammad (Que as bênçãos e paz estejam sobre ele). O Califado iniciou-se no ano 634 d.c, logo após a morte do profeta (Que as bênçãos e paz estejam sobre ele). Os primeiros califas foram Abu Baker, Omar, Othmen e Ali.

Nesse contexto, surge a Irmandade Muçulmana, em 1928, uma organização fundamentada na confraternidade islâmica, a qual na contemporaneidade, é genericamente denominada de *al Ikhwan al Muslimin* (الأخوان المسلمین), os Irmãos Muçulmanos; em que os seus seguidores encontram-se espalhados por todo o mundo muçulmano. E ainda inspira inúmeras organizações em outros países de maioria muçulmana, além do Egito, como Síria; Sudão; Jordânia; Kuwait; Norte da África e entre outros. Além de ser uma organização com fins socioculturais, que busca dar uma cobertura educativa, sanitária e jurídica a sociedade egípcia. Baseando-se suas ações nas leis fundamentais: autoridade absoluta da liderança (Guia Geral); lealdade incondicional de todos os membros; decisões tomadas por unanimidade por um comitê executivo entre doze e vinte membros eleitos por um conselho consultivo, por sua vez eleito por conselhos gerais.

Torna-se importante dizer que *al Ikhwan al Muslimin* nasce com o fim de resgatar o Califado, asfixiado pela influência ocidental, a partir do retorno do muçulmano a essência de sua fé. Um caminho possível para tal resgate é a defesa do nacionalismo, utilizado como um instrumento de independência dos países que constituíam o mundo islâmico em relação ao colonialismo e a influência da cultura ocidental. Em que, os Irmãos Muçulmanos partiam do princípio da doutrina da islâmica “*de recomendar a prática do bem e de proibir a prática do ilícito*”, com o intuito de proteger ou preservar a ordem no interior da sociedade egípcia.

No ofício de professor, al Banna atraiu ao movimento vários membros da inteligência local, como alguns artesãos e trabalhadores, e alguns trabalhadores de oficinas de acampamentos britânicos. Logo se transformando em uma nova e humilde sede central no Cairo em 1932, que continuou sua atividade de estender sua mensagem, em sessões regulares que atraía uma maioria de artesãos e pequenos comerciantes. Os discursos de al Banna dirigiam-se para os grupos de classe média e média baixa, principalmente das áreas urbanas; formando uma expressão política do Islam em um tempo em que o Califado terminara de desaparecer:

“O Islam é um sistema abrangente, ele trata de todos os aspectos da vida. Ele é Estado e pátria; ou governo e nação, é *Khuluq*¹⁴ e força; ou misericórdia e justiça, é cultura e lei; ou ciência e *qadá* (julgamento), é matéria; ou sustento ou riqueza, é *Jihad* (empenho) e *dawah* (divulgação); ou exército e pensamento, como também é crença verdadeira e uma adoração correta¹⁵”.

Nessa primeira conjuntura, os Irmãos Muçulmanos liderados por al Banna, eram capazes de diagnosticar um enfraquecimento de sua sociedade (egípcia) asfixiada pela dependência em relação ao Ocidente; e de transformar um sentimento nacionalista anti-colonial em uma idéia de restauração da comunidade muçulmana a partir de uma revivência dos valores islâmicos. A qual representava elaborar caminhos alternativos para organização e modernização da sociedade egípcia, estas deveriam se conduzidas pelo Islam, revitalizando socialmente e politicamente a sociedade egípcia (e o mundo muçulmano).

Nesse sentido se resgatou o conceito de nação, de acordo com o intelecto islâmico, revivendo o significado de Nação islâmica (أمة مسلمة – *Umma Muslimah*). Genericamente *Umma Muçulmana* era: uma única nação muçulmana sem distinções de raças ou classes; um Estado centralizado e intervencionista que seja capaz de garantir o cumprimento dos princípios ou valores islâmicos; um indivíduo socialmente comprometido; uma justiça social fundamentada numa fiscalidade progressiva, pois a restauração do Califado por destino não é para uma metade de soluções da lógica do método por etapas (reislamização do indivíduo muçulmano; da família muçulmana; da sociedade muçulmana; do Estado muçulmano; e por último da “*Umma Muçulmana*”, nação islâmica). Essa reislamização, a qual pretendia aperfeiçoar a conduta muçulmana era baseada na releitura da tradição islâmica, principalmente nos estudos de suas fontes primárias: o Corão¹⁶ e os *Hadiths*¹⁷. Estas compunham o objetivo fundamental da Irmandade Muçulmana, que pode ser resumido nas frases dos discursos de al

¹⁴ Palavra *Khuluq* cujo plural é *Akhláq*, pode ser traduzida por moral, conduta e caráter.

¹⁵ Primeira base das vintes bases formuladas por Hassan al Banna, as quais fazem parte do *Rissálati Taalim* (O Tratado do Ensino), o qual faz parte do livro *Majmuat Rassáli* (O Conjunto de Tratados), no qual al Banna expõe as bases que formam o pensamento e o método de divulgação dos Irmãos Muçulmanos.

¹⁶ Livro sagrado para os muçulmanos. Composto de 114 suratas (capítulos). Palavra na língua árabe que significa leitura, recitação, lembrança, discernimento e entre outras.

¹⁷ É a dominação dada pelos muçulmanos para as palavras e atos do profeta Muhammad (Que as bênçãos e paz de Deus estejam sobre ele).

Banna: *“Deus é nosso objetivo, o Corão é nossa Constituição, o Profeta é nosso líder, a luta é nosso caminho e a morte por Deus é mais alta de nossas aspirações”*¹⁸.

A Irmandade creia que o Islam é um código de vida universal que compreende todos os assuntos da vida humana, possuindo o homem os mais altos níveis de comprometimento para alcançar esse “ideal”. O ponto de partida é a implantação de uma reforma nas esferas social, moral e religiosa que pudesse normatizar noções como responsabilidade pública, mudança jurídica, participação popular e reforma educativa. Pois o que ameaçava os egípcios (e o mundo muçulmano), não era a dominação política, mas sim a influência cultural do Ocidente, a qual colocava em risco a identidade e a sobrevivência da comunidade muçulmana.

Para os Irmãos Muçulmanos, era de fundamental importância uma revolução islâmica, entretanto essa revolução deveria ser iniciada primeiramente por uma mudança individual (espírito humano), em seguida uma social e por último uma política – um processo de reislamização por etapas: o indivíduo muçulmano; a família muçulmana; a sociedade muçulmana, o Estado muçulmano, e por último a “Umma Muçulmana” (Nação islâmica) – . Estas eram condições básicas para se implantar um Estado islâmico que exigia em primeiro lugar uma reislamização consciente da sociedade tão influenciada pela cultura ocidental, restabelecendo o equilíbrio entre o Islam e o Ocidente.

A idéia de equilíbrio entre o Islam e o Ocidente era manifestada no desejo de modernização de seu país (e mundo muçulmano) orientado por valores islâmicos, propondo o estabelecimento de organizações e formas institucionais modernas, atuando em serviços sociais e educativos. A Irmandade utilizava-se de tecnologia e meios de comunicação modernos para difundir sua ideologia. Criava-se na abrangência do Islam em responder os questionamentos contemporâneos e propor um caminho para modernidade a partir da aplicação dos valores islâmicos no campo privado e coletivo.

¹⁸ *“Dios es nuestro objetivo, el Corón es nuestra constitución, el Profeta es nuestro líder, la lucha es nuestro camino y la muerte por Dios es la más alta de nuestras aspiraciones”*. Hassan al Banna, apud. Ibi.

Não há dúvidas, que os Irmãos Muçulmanos lutavam por um Islam “global” e ativista. Necessitando-se primeiramente de uma reforma na sociedade egípcia (e no mundo muçulmano) de cunho moral, em que um grupo formado por muçulmanos capacitados lute pelo bem estar da nação muçulmana. Nessa primeira conjuntura, os Irmãos ainda não se identificavam com um partido político, embora a política fosse o elemento principal para o processo de reislamização da comunidade muçulmana nos pensamentos do *al Ikhwan al Muslimin* e de seu líder al Banna: “*Não somos um partido político, apesar da política como cimento do Islam, está no coração do nosso pensamento*”¹⁹.

A política foi uma das preocupações dos Irmãos Muçulmanos, entretanto não reclamavam necessariamente o governo para si, apesar de terem a possibilidade de apoiar a qualquer um que governasse por um “método” islâmico, baseando-se no Corão e nos *Hadiths*. Se não poderiam encontrar um chefe de Estado nessas condições:

*“Então o governo é um de seus recursos (del Ikhwan), e eles se esforçarão para retirar, a qualquer governo que não cumpra com os mandamentos de Deus. Porém el Ikhwan é demasiado sábio e rigoroso para proceder a tarefa do governo enquanto as almas da nação estão nas condições que estão. Se requer um período durante o qual se estendem e se enraízam os princípios do Ikhwan, e assim as pessoas poderão aprender como pôr os interesses públicos em frente dos interesses privados”*²⁰.

Percebe-se a idéia de trabalhar o interior do homem para se ter indivíduos capacitados para contribuir pelo bem estar da sociedade, pois nos pensamentos do Ikhwan, a piedade pessoal e a boa sociedade eram e são condições básicas para se ter um bom Estado. Logo, a tarefa imediata era reformar as almas e iluminar as mentes, que o governo seguiria no seu devido tempo. Isto poderia significar um sistema de somente um único partido, que após de completar o processo de

¹⁹ “*No somos un partido político, aunque la política como cimiento del Islam está em el corazón de nuestro pensamiento*”. Hassan al Banna, apud. Idem, p.189.

²⁰ “*Entonces el gobierno es uno de sus recursos (del Ijwan), y ellos se esforzarán para quitárselo a cualquier gobierno que no cumpla con los mandamientos de Dios. Pero el Ijwan es demasiado sabio y estricto para proceder a la tarea de gobierno mientras las almas de la nación están en la condición em que están. Se requiere un período durante el cual se extiendan y arraiguen los principios del Ijwan, y así la gente podrá aprender cómo poner le interés público por delante del interés privado*”. Hassan al Banna, apud. Ibidii.

independência em relação a secularização e a ocidentalização da nação egípcia (e do mundo muçulmano), estabelecer-se-ia os princípios de uma reforma moral e geral interna. Então surgiriam modelos de organização que poderiam ser inspirados por uma unidade ordenada pelos valores islâmicos. Posteriores detalhes elaborados por al Banna sugerem uma espécie de sistema corporativista inspirado na ética e numa economia moral.

Os Irmãos Muçulmanos continuaram com suas atividades de propagação de sua mensagem, de uma reislamização da comunidade muçulmana egípcia (e do mundo muçulmano), indo além dos limites sociais e morais de reislamização. Conseqüentemente, levando o seu ideário ao campo político e de militância islâmica. Se pode, portanto, dizer que as atividades dos Irmãos adquiriram um caráter mais político em torno de 1939. Nesse momento tinha mais de 300 organizações que se fundamentavam em suas idéias, tendo força para opor-se aos nacionalistas liberais da Wafd. O *Ikhwan Muslimin* dedicou-se a construir suas próprias empresas, fábricas, escolas e hospitais, além de se inserir em sindicatos e nas forças armadas, ao ponto de se encontrarem, nos fins dos anos 40, na situação de um estado dentro de estado.

Entretanto o assassinato de seu líder, Hassan al Banna, em 1949, pela polícia secreta egípcia; e enfrentamento entre o *Ikhwan Muslimin* e novo regime revolucionário egípcio (governo dos Oficiais Livres liderados por Gamal Abdel Nasser) estabelecido após a retirada do rei Faruk, a partir dos anos 50, levou os Irmãos Muçulmanos a saírem somente da idéia primeira de se estabelecer uma ordem islâmica e conseqüentemente um Estado islâmico, para um movimento político propriamente dito.

Sayyid Qutb e a nova *Jahiliya* (Ignorância)²¹.

Sayyid Qutb nasceu 1906 no povoado de Mucha, na província de Asyut, como muitos outros, foi a capital para buscar melhores estudos e exemplos.

²¹ Segundo Muhammad Qutb, “o se entende por ignorância é o estado de espírito que não aceita ser encaminhado com as orientações de Deus e o movimento organizacional que se nega a aplicar as diretrizes reveladas por Deus e não aquela ignorância que se opõe à ciência e a à tecnologia” – a ignorância do século XX.

Escritor, periodista e intelectual licenciado em educação por Dar al Ulum, instituição de ensino técnico superior do Cairo, tornou-se um muçulmano praticante quando se encontrava nos 45 anos de idade. Sua decisão de ingressar no *al Ikhwan al Muslimin*, principal organização do islamismo do século XX, para qual foi decisiva sua experiência pessoal e intelectual, experiência essa oriunda de uma viagem de estudos realizada nos Estados Unidos, para estudar seu sistema educativo (1948-1950). Embora antes dessa viagem, Qutb já preocupava-se com o legado islâmico e com os temas da pobreza e injustiça social.

O conhecimento direto da sociedade norte-americana foi chave para um despertar de seu pensamento, que se articulou em torno de uma resistência absoluta das práticas sociais ocidentais e a idealização da fé como elemento fundamental de transformação e desenvolvimento da sociedade. A liberdade em relação ao sexo, racismo, individualismo e a competitividade centraram sua crítica a sociedade ocidental, marcas que assombravam o mundo muçulmano.

Quando Qutb ingressou na Irmandade Muçulmana, em 1951, a organização falava emocionada pelo assassinato do seu fundador e Guia Geral desde 1928 à 1949, Hassan al Banna. Focada na escolha de um novo líder, as relações prévias de Qutb com as elites políticas e intelectuais lhe serviram para realizar a aliança entre os Irmãos Muçulmanos e novo regime dos Oficiais Livres liderados pelo militar, Gamal Abdel Nasser, cuja a Revolução apoiaram ativamente *al Ikhwan al Muslimin* em 1952. Esse contato dos Irmãos com o novo governo egípcio, permitiu que escapassem da dissolução de partidos políticos após a Revolução egípcia. Pois foram considerados pelo novo regime como um movimento ou organização de âmbito social e não como um partido político.

Muitos Irmãos Muçulmanos, inclusive seu novo líder (Guia Geral), Hasan al Huadaibi, esperavam pela dada “afinidade” dos movimentos, que os Oficiais Livres permitissem a participação direta do *Ikhwan Muslimin* no novo governo. Entretanto quando essa esperança frustrou-se, as relações entre ambas as forças se deterioraram, o que resultou num enfrentamento pelo controle da mobilização popular egípcia; o que levou a maioria dos líderes da Irmandade a prisão em 1954, onde foram presos, torturados e executados pelo regime nasserista.

Antes da confrontação entre as duas forças, não há dúvida, que o *Ikhawn* apoiaram o movimento dos Oficiais Livres e que alguns Irmãos haviam assumido responsabilidades políticas no governo nasserista. Os membros da Irmandade Muçulmana detidos foram liberados em outubro de 1952, diferentemente dos membros de outras organizações políticas populares e sindicais. Parece que alguns líderes do *Ikhwan* haviam esperado que por meio de sua cooperação como novo regime, as forças esquerdistas secularistas e democráticas estariam extintas e desse modo se pavimentaria o caminho para um maior influência e uma possível tomada de poder pelos Irmãos Muçulmanos. Porém os Irmãos perceberam o desinteresse do regime nasserista em estabelecer um governo islâmico, cujas as políticas de educação, moralidade cultural fossem dirigidas por eles. Ao ver do *Ikhwan*, Nasser estava apenas se utilizando estrategicamente da popularidade dos Irmãos para se afirmar no poder. Pois existia uma diferença fundamental entre a Irmandade Muçulmana e o regime nasserista, a visão sobre o Islam. Para Nasser o Islam era um instrumento de ponderação e arranjo político e já para Irmandade era o caminho para o desenvolvimento da sociedade em todos os assuntos da vida do homem.

Rapidamente evidenciou-se o enfrentamento entre as ambos os movimentos. Este se iniciou pelo ato de intervir do governo nasserista em uma das conferências pronunciadas pelos Irmãos Muçulmanos na Universidade de Cairo em janeiro de 1954. Os Irmãos revidaram participando nas manifestações de massas que forçaram o regime militar e os nasseristas a devolver a Muhammad Naghib (líder visível da revolução egípcia) a presidência umas poucas semanas depois. Alarmado pela capacidade organizativa da Irmandade para mobilizar as massas, Nasser recorreu a propor um trato com Hasan al Hudaibi (líder dos Irmãos Muçulmanos) de modo que *Ikhwan* poderia continuar suas atividades e receber a cobertura governamental em troca de apoiar a ala nasserista contra Naghib. Logo após o episódio, Nasser assumi a “gerência” do governo egípcio.

Os Irmãos, sem demora, buscaram uma recompensa por seu apoio, pedindo vantagens políticos para o seu movimento no “senso” do novo regime, mas sem aceitar nenhuma troca em natureza de sua organização ou em composição de sua direção. Este foi aparentemente o ponto em qual cada um dos grupos percebeu de que o outro estava usando o outro estrategicamente para seus

próprios propósitos. Isto se resultou em enfrentamento entre as forças em outubro de 1954. O atentado contra a vida de Nasser no bairro de Manchiyya em Alexandria, foi atribuído por o regime a Irmandade Muçulmana. Esta manteve desde o princípio que este foi uma provocação do regime para liquidar os Irmãos, os quais foram reprimidos e colocados na ilegalidade. O intento de assassinato foi seguido por detenções de dezenas de Irmãos, incluindo Sayyid Qutb, que foram ridicularizados em tribunais do povo, e torturados durante suas detenções. Diversos Irmãos foram condenados a morte como Sayyid Qutb, que com sua morte a Irmandade se dividiu internamente, em que muitos evitaram o confronto direto com o governo nasserista, atuando somente no âmbito social e educacional.

Apesar de perseguição que foram submetidos os detentos do *Ikhwan*, uns líderes formaram grupo de estudo para analisar a natureza do estado nasserista e considerar a melhor forma de enfrentá-lo. Suas idéias naquela época eram uma mistura de Hassan al Banna, Sayyid Qutb e entre outros. Em 1959-1960, a organização começou de novo sua atividade com novo comitê de cinco membros, que se reuniam para discutir a corrupção do governo e a maldade de seu presidente. Nesse momento, os Irmãos Muçulmanos tomavam como fonte de inspiração os escritos de Qutb, que haviam encontrado o seu caminho, pois a organização sacou-os clandestinamente da prisão, e os quais a formaram os princípios básicos do pensamento da Irmandade Muçulmana a partir de então. Em que as teorias de Qutb sobre a nova *Jahiliya* que viva o mundo muçulmano e a necessidade do *Jihad* para transformá-lo, influenciaram diversos movimentos islâmicos desde dos anos de 1960.

Essa segunda conjuntura vivida pela Irmandade Muçulmana, impulsionou o pensamento de Sayyid Qutb, que na prisão realizou uma análise de sua sociedade contemporânea, em que impiedade, materialismo, idolatria, tirania eram marcas de uma sociedade a - islâmica, representando uma nova الجاهلية (*Jahiliya* - Ignorância), a qual deveria devolver a soberania a quem de direito, Deus o Único.

A ideologia revolucionária de Qutb reelabora o conceito de *Jihad*²² (الجهاد) que se converte em uma obrigação individual, em que se deve acabar com a soberania popular e os modelos sociais e métodos de governo existentes, por serem considerados a - islâmicos, nova *Jahiliya*. Atualmente pretendem reduzir *Jihad* no Islam ao que chamam de “Guerra Santa”, porém este no Islam significa outra coisa que não tem relação alguma com as guerras dos homens de hoje, nem com seus interesses ou motivações. O *Jihad* no Islam está relacionado a própria natureza dessa religião e o seu papel no mundo.

O Islam é um chamamento público para libertar o homem tanto da servidão de quem a sua vez são servos; como da servidão de suas paixões, que são outra forma de servidão, mediante o chamado da divindade de Deus Único, louvado seja, e o Senhor absoluto sobre os mundos. O Senhor absoluto sobre os mundos implica: a revolução universal contra a soberania do ser humano em todas as formas, modelos, sistemas e circunstâncias; e a revolta completa contra cada situação, cada lugar da terra em que o poder, seja do tipo que seja, estiver nas mãos do homem atendendo aos seus próprios propósitos. Pois o ser humano compõe a mesma ordem do universo ou da natureza, desse modo, submetido a suas leis, que são divinas. Quando o homem constitui uma legislação fundamentada em sua vontade e não a divina, ele se desvia do seu estado natural, entrando em conflito com sua própria natureza, formando uma sociedade denominada, por Qutb, de ignorante, por não estar cumprindo com a submissão unicamente a Deus, seja em doutrina, forma de culto ou em normas legais.

Nota-se que nessa concepção objetiva, o laço que une os homens no Islam é a fé, manifestada pela conduta devota a Deus, criando um ambiente de confraternidade entre os crentes. Essa confraternidade é mais importante que

²² Jihad, atualmente traduzida equivocadamente, principalmente pelos meios de comunicação, como Guerra Santa. Porém no Islam Jihad significa esforço. Este pode ser classificado em dois tipos: esforço Maior e esforço Menor. O esforço Maior é o empenho individual de cada muçulmano para não praticar o ilícito. Logo é um esforço contínuo para corrigir as falhas humanas e aprimorar o caráter por meio de uma conduta correta. O esforço Menor é o empenho de cada muçulmano pela causa de Deus, em que a guerra é uma forma de esforço, caso seja necessário. Pois a guerra não é um objetivo do Islam e nem uma ação comum dos muçulmanos.

qualquer nacionalidade ou vínculos familiares do homem: “... o que une o negro ao branco, ao persa, ao etíope, todas as raças da terra em uma só nação”²³.

O Islam propunha a formação de uma nação, em que os vínculos que une seus membros, apesar de serem naturalmente diferentes, é a fé enraizada em seus corações, sendo essa a viga mestra de ação humana. A ligação entre os muçulmanos é somente estabelecida pela crença, que possibilita aos homens desconsiderar raça, cor, língua, geografia, história e interesses. Ao desconsiderar esses elementos o homem torna-se capaz de constituir a melhor a nação do mundo, através das melhores características do ser humano.

Em suma Qutb, em seus pensamentos, reunia Ignorância, soberania e *Jihad* em uma visão unitarista de Deus, homem e mundo. E emprende um chamamento para acabar com as marcas do tempo presente: impiedade, materialismo, idolatria e tirania. A partir do retorno do homem a sua natureza, submissão voluntária a Deus, entrando em harmonia com o mundo. Em outras palavras é a reconstituição das sociedades muçulmanas, a ordem islâmica, e o Estado islâmico, por meio de uma reislamização dos interiores humanos, em que é uma responsabilidade de cada muçulmano, um compromisso espiritual e material. Nesse sentido, a Irmandade Muçulmana desloca-se de um movimento apenas social, em que a política é uma consequência, para um político, que busca a constituição de um vanguarda de militância islâmica que lute pela ordem islâmica e a formação de um Estado Islâmico.

²³ QUTB, Sayyid – *Normas no caminho do Islã*. International Islamic Federation of Student Organizations. s/d. p163.

Capítulo III: Umma Muslimah (أمة مسلمة): “Nação islâmica”

No segundo capítulo analisou-se a trajetória e ideologia do movimento *al Ikhwan al Muslimin* (Irmãos Muçulmanos), de como conforme a conjuntura vivida por seus membros, sua ideologia deslocou-se de um âmbito social para um político e de militância islâmica. Entretanto apesar desse deslocamento o grupo islâmico continuou propondo a formação de uma *Umma Muslimah* (Nação islâmica) e a consolidação de um Estado islâmico para a sociedade egípcia, primeiramente, e mais tarde para o “resto” do mundo.

3.1 Umma Muslimah e sua significação

O conceito de Nação na ideologia do movimento a Irmandade Muçulmana (*Ikhwan Muslimin*- Irmãos Muçulmanos) está relacionado à religião, a qual para ser compreendida em sua totalidade, deve-se buscar compreender os significados atribuídos a palavra crença. Na tradição do pensamento ocidental o significado atribuído ao termo religião, normalmente se refere apenas há uma fé na consciência, que não se relaciona com a “organização metódica da vida prática”. Por isso é fundamental trabalhar com a noção de crença, já que esta se refere ao ato de “crer”. Este vai além do campo emocional humano, exigindo do próprio homem uma ação concreta, estabelecendo uma relação mais íntima com seu Criador, Deus. E permitindo, então, que diferentes grupos adotassem os mesmos princípios gerais mesmo não sendo revertidos; isto leva ou abre caminho para algo libertador, pois extingue com quaisquer laços de subordinação ou de servidão para com “governantes”, os quais também são servos; possibilitando ao homem uma liberdade no campo do pensamento, do espiritual, na vida cotidiana, na jurisdição humana.

Essa liberdade encontra-se no Islam, o qual não representa uma “teocracia”, mas sim uma religião fundamentada na crença na unicidade divina, ou seja, o acreditar em “Deus Único”. O qual tem revelado Sua vontade através de profetas, onde Profeta Muhammad²³ é o último do ciclo de mensageiros; em que a mensagem revelada é a palavra de Deus, contém a expressão de Sua vontade em relação ao homem, o qual deve agir de acordo com os mandamentos ali contidos. Estes abarcam todos os aspectos da

²³ Que a benção e paz estejam sobre ele.

vivência do homem, tanto no campo espiritual quanto no material, compondo um código ou uma filosofia de vida completo, a ser seguido pelos homens.

Trata-se de uma fé prática, baseada nas relações humanas, na necessidade do homem de organização e legislação da sociedade, em que o sistema religioso ordena ou gerencia suas instituições e leis. Possibilitando ao homem ter meios e forças para lutar contra a opressão de seus semelhantes. Desfrutando da liberdade, ou seja, não sendo submisso há nem um outro ser ou homem, apenas sendo submisso voluntariamente ao seu Criador, Deus.

O Islam foi estabelecido entre os homens para constituir uma Nação, esta alicerçada na fé, possibilitando ao homem viver uma nova realidade. Para essa religião cumprir o seu papel nesse mundo, de acordo com os pensamentos da Irmandade Muçulmana, seria necessário que o Islam fosse representado por um grupo de indivíduos ou uma comunidade muçulmana, que praticassem o Islam no seu dia a dia. Contudo esta comunidade muçulmana não seria uma comunidade estruturada por território ou por um passado em comum, mas sim fundamentada na temência do homem a Deus, tornando possível uma relação baseada entre conduta e Nação, pois esta é formada pela conduta temente a Deus de cada crente. Ou seja, a Nação que os Irmãos Muçulmanos propõem é a “*Umma Muslimah*”, expressão em língua árabe, a qual normalmente é traduzida como “Nação islâmica”. Porém esta possui características que se diferenciam das dadas pelo pensamento ocidental ao longo da história da humanidade. Tornando-se essencial observar e compreender os significados ou o significado atribuídos a esse conceito.

A palavra *Umma* possui duas definições lingüísticas, de acordo com dois dicionários de língua árabe: “*Lisen el Arab*” e “*Mukhatar Assihaa*”. A primeira definição é um grupo ou um agregado de pessoas. E a segunda é a Nação Islâmica é o grupo. Ou seja, *Umma*, na língua árabe é todo grupo que é unido por alguma coisa, seja uma mesma religião, uma mesma época, uma mesma localidade. Sejam estas impostas ou de livre escolha do indivíduo.

Segundo o Islam *Umma* é caracterizada por uma longa história. Esta se inicia com o primeiro homem: Adão, e passando por todos os profetas, mensageiros e crentes

até a vinda do Profeta Muhammad²⁴, completando assim a composição dessa Nação. Esta passou por duas etapas no decorrer da história da humanidade; a primeira ocorre antes da vinda do dele, na qual a mensagem é revelada para um povo específico, numa localidade específica, e numa temporalidade específica; e a segunda ocorre com a vinda do Profeta Muhammad²⁵, na qual a mensagem passou a ser universal para todos os povos de todas as épocas. A qual é exemplificada pelo Corão²⁶ junto com os Hadiths²⁷, formando um sistema de “moralidade ideal”, o qual contém de modo explícito ou implícito, tudo o que é necessário para o homem viver de maneira a agradar a ao seu Criador, Deus.

Esse sistema de moralidade ideal, nas suas diversas formas criou uma nova nação, logo um novo “tipo” de sujeito, em que os atos fundamentais de adoração a Deus tinham cada um seu aspecto social. Por exemplo, o ato de fazer a oração em congregação na mesquita as sextas feiras; este não tem apenas o aspecto de uma ação individual de disciplina, mas de uma corporação, onde os crentes estreitam os seus laços de fraternidade entre si, pois todos estão orando juntos no mesmo local com o mesmo objetivo (de adorar Deus), não tendo a menor relevância cor, etnia e entre outras categorias de “classificação humana”.

Nesse sentido se pode dizer que a *Umma Muslimah*, “Nação islâmica”, possui determinadas particularidades, que a caracterizam e marcam sua identidade e unidade. Estas são:

- 1) A origem divina, esta significa que os homens se juntaram, não por um objetivo comum mundano, mas sim se uniram pela a vontade de Deus.
- 2) A abrangência, a *Umma* contém todos os aspectos e etapas da vida do ser humano, por esta ter um método completo de vida, ou seja, o método que ela adota não aceita nem acréscimos e nem que algo seja retirado dela.

²⁴ Que a benção e paz estejam sobre ele.

²⁵ Que a benção e paz estejam sobre ele.

²⁶ Livro sagrado para os muçulmanos. Composto de 114 suratas (capítulos). Palavra na língua árabe que significa leitura, recitação, lembrança, discernimento e entre outras.

²⁷ É a dominação dada pelos muçulmanos para as palavras e atos do profeta Muhammad (Que as benções e paz de Deus estejam sobre ele).

3) Intermediária, o equilíbrio na forma de encarar essa vida e a outra. Também sendo, intermediária no trato com as pessoas, independente de ser amigo ou inimigo. Pois a verdade e a justiça devem prevalecer.

4) A melhor Nação já surgida na humanidade.

5) Unidade da crença, os muçulmanos em qualquer localidade da terra possuem a mesma crença, acreditam no mesmo.

6) Unidade da adoração, todos os muçulmanos de qualquer localidade da terra adoram a Deus da mesma forma, realizando as mesmas práticas.

7) Unidade dos hábitos e do comportamento, todos os muçulmanos comem com a mão direita, se cumprimentam com “*Salam Waleikum Wa Rahmatu Lahi Wa Barakatu*” (Que a paz e benção de Deus estejam contigo).

8) Unidade da história, toda história do Islam, é a história de cada muçulmano ou de algum muçulmano, independente da etnia ou cor e entre outras.

9) Unidade do caminho, todos os crentes seguem o caminho da senda reta de Deus, ou seja, obedecem a Vontade divina.

10) Unidade da Constituição, a vida de todos os crentes é regulamentada pelo Corão e Hadiths que formam a الشريعة (*Shaaria* - jurisprudência). Ou seja, o que é lícito ou ilícito para um crente no Brasil, é também para o crente da França, por exemplo.

11) Unidade da liderança, apenas pode haver um único líder, um Califa (governante, o qual dirige o Estado por meio de valores islâmicos). À grosso modo para o entendimento, seria o presidente. E onde os outros seriam sublíderes, nomeados por ele.

3.2 Umma Muslimah: uma ordem islâmica

A *Umma Muslimah*²⁸, segundo o pensamento islâmico, é uma monocracia, uma república em que o governo pertence à Lei. Onde o governador é apenas um executor

²⁸ Significação baseada no livro. *At Tauhid (o monoteísmo) – suas implicações para o pensamento e vida.*

De Isma'il Raji Al Faraqui, s/d.

dessa lei, esta para os crentes muçulmanos é divina, isto é, nenhum ser humano é a fonte dessa lei, e sendo Deus a única fonte. Não havendo espaço para se dizer, que o governo é para satisfazer os desejos de um indivíduo, ou de um grupo, ou a totalidade de um povo. Nesse sentido, pode-se dizer que a *Umma Muslimah* é a sociedade islâmica, a qual é universal, por ser composta por diferentes etnias, comunidades, classes sócias [...], em que a única condição para se tornar membro dessa sociedade, é ter comprometimento com Islam, ou seja, ser um crente temente à Vontade de divina, conscientizando de seu papel nesse mundo.

Essa união forma uma ordem social específica, a qual não tem sinonímia como os termos: povo, nação e Estado do pensamento ocidental. Pois estes são sempre determinados pelos fatores: raça; geografia; língua e história. Entretanto essa ordem social específica é a ordem baseada nos fundamentos do Islam, tendo como base três características: ser universalista; abrangente; e livre.

A primeira, ser universalista, a Nação islâmica busca incorporar toda a humanidade, embora exista um conjunto de grupos de nações ou um conjunto de grupos de indivíduos. Pois a ordem social do Islam é única, não tendo importância etnia, sexo, idade, qualquer outra forma de classificação entre os homens. Também essa ordem pode iniciar em qualquer lugar ou comunidade, em qualquer tempo da história da humanidade. Porém se os muçulmanos não se movimentarem com o intuito de incluir toda a humanidade nessa ordem social, esta pode se deteriorar tornando-se não muçulmana. Em resumo é a busca de uma “*Umma*” mundial, em que essa procura é da responsabilidade de cada crente muçulmano.

A segunda é ser abrangente, no sentido de manter o Islam proeminente a todas as épocas da história do Homem ou todas as eras da atividade humana. Pois a base da ordem social do Islam é a Vontade divina, esta deve ser relevante as criaturas, inclusive o homem, uma vez que Deus dotou de uma razão, de uma estrutura, e de uma função; a busca por conhecimento por parte do homem, para então ter condições de aplicar a revelação divina nos assuntos e problemas do dia a dia com que se depara, procurando ter uma conduta temente ao seu Criador. Enfim:

“[...] a ordem social islâmica não é meramente um clube, uma sociedade estudada, uma câmara de comércio, um sindicato, uma cooperativa de consumo, ou um partido político, no

sentido ocidental dos termos. Ela é tudo isso e muito mais, como Hassan al Banna²⁹ costuma dizer, precisamente por causa da relevância da vontade de Deus para com todas as coisas”³⁰.

A característica de ser abrangente da ordem social islâmica não só pertence ao campo das atividades humanas, presentes em todos espaços e tempos, contudo também a todos os homens que estão sujeitos a essas atividades e os quais ela considera como os seus membros indispensáveis, muçulmanos e não muçulmanos. Estes últimos devem ser persuadidos pela lógica da razão humana a entrar ou fazer parte da *Umma Muslimah*, “Nação islâmica”. Não havendo fim para a ordem social do Islam, pela “infundabilidade” da vida e do mundo.

A terceira e última característica é ser livre, pois se for imposta pela força ou pela coação aos indivíduos, a ordem social do Islam perderia sua “islamicidade”. O reger é necessário, entretanto só será legítimo se for apenas aplicado em sua área de implementação. Quando o reger é a norma e a coação, o resultado é uma bem sucedida virtualização da lei ou do padrão divino, mas trata – se de uma virtualização, em que o seu valor é utilitário, porém não moral. Para ser moral essa lei divina teria que ter entrado nas mentes e nos corações voluntariamente, como uma livre decisão ou escolha tomada pelo sujeito, tendo esse em sua consciência o compromisso com a Vontade divina e com a própria *Umma Muslimah*, Nação islâmica.

O Islam busca a realização de ambos os valores, o utilitário e o moral, no entanto não se dá importância ao primeiro sem dar ao segundo. Pois o cunho moral, segundo Islam, é a qualidade mais elevada do homem, em relação à Vontade divina. Por isso, é obrigação da sociedade islâmica e principalmente de seu líder, ensinar, educar, elucidar e guiar os homens, não pela coersão, mas sim pelo esclarecimento, permitindo a cada homem escolher por si só, tendo a virtualização de valores de fim moral.

Essas três qualidades que caracterizam a Nação islâmica, ou seja, ser universal, abrangente e livre, não importando considerações espaciais, temporais, étnicas, sexuais

²⁹ Fundador do movimento a Irmandade Muçulmana em 1928 no Egito.

³⁰ FARUQI, Isma'il Raji. *At Tauhid (o monoteísmo) – suas implicações para o pensamento e vida.*

International Islamic Federation of Student Organizations, s/d. Pp 104-105.

e entre outras, possibilita dizer que a *Umma Muslimah* traz consigo a idéia de um “Estado mundial”, este podendo incluir ou conter diversos e diferentes Estados. Ou em outras palavras a “*Umma*” é espécie de “Nações Unidas”, que abrange toda a humanidade e suas necessidades. Podendo assim caracterizar a “Nação islâmica” como fonte dos direitos e deveres de seus membros ou crentes, e também sendo a estrutura onde esses direitos e deveres podem ser colocados em prática, permitindo ao homem ter uma vida privada e pública, ou uma vivência cotidiana e contemplação.

E para isto ser possível é necessário que o homem tenha relações com natureza e com outros homens, influenciando e sendo influenciado; determinado e sendo determinado por outros sujeitos. Para isto é preciso que o homem tenha uma consciência moral ou ética, ou seja, o de pensar e agir para o bem estar do outro, dando de direito a cada qual aquilo que lhe é de direito, para assim ter uma vida tranqüila e justa, podendo ser feliz.

“Sois a melhor nação que surgiu na humanidade, porque recomendais o bem , proibis o ilícito e credes em Deus”³¹.

3.3 *Umma Muslimah* e sua singularidade

A *Umma Muslimah* , como visto anteriormente, possui uma ideologia para esta ser colocada em prática na vida do homem, é necessário que os crentes agrupem-se ao redor de um único valor básico, um sustentáculo, para onde direcionarem os seus esforços, levando suas mente e seus corações para um único e todo abrangente significado: o atuar nesse mundo em obediência a Vontade divina. É a idéia da Nação islâmica ao longo da história da humanidade permanecer única, pois Deus é uno, onde a sua vontade é única para com a humanidade, ao longo de sua história, esta vontade está explicada e exemplificada no Corão e nos *Hadiths* do Profeta Muhammad³², e concretizada na *Shaaria*, jurisprudência islâmica.

A singularidade da “*Umma*”, então, é religiosa e moral, e não biológica, geográfica, política, lingüística e cultural. Isto é, a Vontade divina é para todos os povos

³¹ *Os significados dos versículos do Alcorão Sagrado*. Samir El Hayek (trad.). Federação das Associações Islâmicas do Brasil. s/d. p80.

³² Que a benção e a paz de Deus estejam com ele.

de todos espaços e tempos, sendo todos os homens iguais. Entretanto isto não quer dizer que as outras características ditas acima, não reforçam e não complementam a Nação islâmica. Contudo a questão aqui, é que nenhuma proximidade física deve ser permitida para determinar a conduta do crente muçulmano, tanto este estando sozinho, quanto em grupo, se sobrepondo a moralidade ou a ética.

A proximidade física é subserviente à virtude e à religiosidade; ela secundária à dignidade ética e ao mérito pessoal, e não o contrário. Portanto, a “*Umma*”, como irmandade religiosa e moral, é uma livre associação de indivíduos com o fim de alcançarem para si próprios e para a humanidade todo o universo de valores nos tradicionais termos islâmicos.

A *Umma Muslimah*, então, é a unidade monolítica composta por uma única e mesma Lei islâmica, entrando a criatividade humana no ponto de traduzir um princípio ou um valor numa ação específica, concreta e diretiva para a conduta, ou seja, para implementação da norma, levando em conta as particularidades de época. Em suma, é a idéia da unidade da lei, esta fornece aos muçulmanos do mundo as suas instituições, a sua ética, o seu modo de vida e sua cultura, pois o Islam educou os seus crentes de todas as “raças” numa única e mesma ideologia, agrupando - os numa única irmandade, dedicada aos mesmos ideais de companheirismo, onde os homens aderem ao Islam pela virtude de uma livre decisão pessoal. Em que a lei islâmica é tanto a “ponta da lança como a espinha dorsal da unidade islâmica”³³ ao longo do mundo.

Pode –se concluir que a “*Umma*” é semelhante há um corpo orgânico, este é vivente, sendo que sua vida é seu próprio organicismo, isto é, a interdependência de suas várias partes para, no fim, sustentar o todo, e sua contínua sustentação pelo todo, pois o organicismo não é uma qualidade de vida, é a própria vida.

³³ Baseado no livro. At Tauhid (o monoteísmo) – suas implicações para o pensamento e vida. De Isma’il Raji Al Faraqui, s/d.

Conclusão

Após essa pequena reflexão sobre o movimento político e social denominado a Irmandade Muçulmana ou os Irmãos Muçulmanos (الأخوان المسلمین - *al Ikhwan al Muslimin*) abordando o contexto de seu surgimento; a sua trajetória político-intelectual; e sua ideologia: a formação de uma nação baseada em valores éticos e morais islâmicos (أمة مسلمة – *Umma Muslimah*), e conseqüentemente, a consolidação de um Estado Islâmico. Acredito sermos capazes de formular as primeiras conclusões de um tema ainda a ser muito estudado no meios acadêmicos.

A primeira é que, sem sombras de dúvida, esse trabalho acadêmico é o ponto de partida de uma longa trajetória intelectual, se Deus quiser. Em que ainda se tem muito o que pesquisar e refletir. Principalmente, por esse tema estar sendo objeto de estudos acadêmicos muito recentes, sobretudo, após o 11 de setembro.

A segunda é que a Irmandade Muçulmana como movimento islâmico, primeiramente de âmbito social, e mais tarde, político, pode surgir de condições sociais, que devem ser cuidadosamente estudadas e compreendidas. Pois não representam um mero “reflexo mecânico” de preocupações sociais e econômicas, mas sim um discurso, que ao longo do tempo ganha autonomia intelectual própria. Ou seja, fatores econômicos, sociais e políticos podem estimular o surgimento de movimentos concretos em momentos concretos, entretanto esses movimentos rapidamente adquirem uma lógica e uma vida própria, tornando-se autossuficientes.

Entretanto esses movimentos sempre estarão expressando as necessidades dos membros, que os compõem. No caso dos Irmãos Muçulmanos, é a expressão da necessidade de uma revivência dos valores éticos e morais islâmicos no interior das comunidades muçulmanas, as quais se encontravam asfixiadas pela secularização e ocidentalização oriundas do colonialismo europeu. Nesse sentido, o Islam é visto como uma alternativa para fundamentar um projeto de nação diferente dos “modelos” ocidentais, que sob a perspectiva dos Irmãos, esses modelos não são suficientes para dar conta das necessidades materiais e espirituais das sociedades islâmicas.

É importante dizer que a Irmandade Muçulmana influenciou o surgimento movimentos político sociais de cunho radical em um período futuro, principalmente as obras de Sayyid Qutb. Porém estes viveram uma conjuntura diferente da vivenciada

pela Irmandade, a qual estava respondendo as necessidades de sua sociedade no período específico. Portanto se pode dizer cada movimento vive e responde as necessidades de sua época. É importante considerar que escolhemos abordar uma linha teórica dos Irmãos Muçulmanos, a partir da experiência vivida nos anos 50.

A terceira é que *أمة مسلمة* – *Umma Muslimah* (Nação islâmica) possui características que as difere do conceito de nação conforme o pensamento do Ocidente. Pois, diferentemente da trajetória intelectual do Ocidente, no Islam não essa ruptura entre Estado e religião, estes caminham juntos, porque o Islam não é apenas uma religião de adoração ou culto individual à Deus, mas sim um método de vida, o qual abarca todas as necessidades do homem, desde espirituais à matérias. Logo o Islam é composto por adoração à Deus; um sistema político, econômico, social e jurídico; e por um modelo de comportamento ou etiqueta islâmica, que o muçulmano deve seguir, independente do local ou tempo em que se encontra.

A quarta e última conclusão é que o Islam enquanto princípio básico de projeto de nação proposta pela Irmandade Muçulmana foi construído não apenas por mostrar-se em oposição ao colonialismo europeu, e mais tarde, ao modelo secular de nação egípcia, nacionalismo/socialismo árabe de Gamal Abdel Nasser. Mas também por sustentar um modo de relacionar a “tradição religiosa” do mundo islâmico com seu própria forma de conceber a modernidade. Para melhor compreender essa relação tradição – modernidade no campo cultural islâmico, torna-se necessário abandonar a perspectiva teórica que considera a tradição e a modernidade como elementos opostos e concorrentes no interior de uma dada cultura. De acordo com Mohammed Abed al Jabri³⁴, o pensamento islâmico é dotado de uma dinâmica interna que não se expressa a partir de uma ruptura radical com o antigo, porém sobrevive por meio das releituras desse passado. Dessa forma, a modernidade deve ser definida pelo seu contato com o passado, construindo métodos e olhares “modernos” da tradição islâmica. Pois al Jabri enfatiza o caráter “historicizável” do conceito modernidade, que sofre diferenças de significados a partir da experiência histórica a qual se encontra submetida. Ou seja, não há apenas uma modernidade mas diversas modernidades, cada qual conforme a experiência histórica vivida.

³⁴ Professor da Universidade de Rabat e militante da esquerda marroquina. Al – Jabri é uma das principais figuras da filosofia árabe contemporânea.

Nesse sentido a ideologia proposta pela Irmandade Muçulmana, formação de uma Nação islâmica e conseqüentemente a consolidação de um Estado islâmico, pode ser lida como uma expressão de um pensamento social e mais tarde político marcado por uma relação própria de aproximação entre tradição islâmica e modernidade. Em que a rebeldia contra a interpretação que deposita sobre o pensamento islâmico o estigma de repúdio aos princípios modernos, permite compreender que os Irmãos Muçulmanos podem desenvolver um projeto de nação fundamentado numa leitura específica da tradição cultural islâmica; que ao invés de confrontar-se com a modernidade, apenas mantinha um modo distinto de imaginá-la. Que o passado comum à comunidade islâmica serviu e serve de instrumento discursivo para caracterizar seu projeto de nação alternativo à realidade política e social da época. Logo a história islâmica transforma-se em referência a ser reinterpretada e aplicada na contemporaneidade, de acordo com as necessidades humanas contemporâneas de cada época.

Referência bibliográfica

- ABDALATI, Hammudah. *O Islam em foco*. Assembléia Mundial Da Juventude islâmica. s/d.
- AHMAD, Aijaz. *Linhagens do presente - ensaios*. São Paulo. Boitempo Editorial. 2002.
- ALI, Tariq. *Confronto de fundamentalismo*. Rio de Janeiro. Record. 2002.
- AL-JABRI, Mohammad Abed. *Introdução à crítica da razão árabe*. São Paulo. Editora: UNESP. 1999.
- ANNADUY, Abul Hassan. *O Islam e o mundo*. São Paulo: Centro de divulgação do Islam para a América Latina.. s/d.
- ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. Hidegard Feist (trad). São Paulo: Companhia das Letras.2001.
- AUDAH, Abdul Kader. *O islam, sábios e seguidores*. São Paulo: Centro de Divulgação do Islam para América Latina.. s/d.
- AYUBI, Nazih. *EL Islam político. Teorías, tradición y rupturas*. Ana Herrera (trad). Barcelona: Biblioteca del islam Contemporáneo/Ediciones Bellaterra. 2000.
- CELINO, Fernando Luiz Guimarães. *O Islam e a imprensa: uma reflexão ética sobre o jornalismo contemporâneo pós 11 de setembro*. Monografia. - Universidade Veiga de Almeida. Rio de Janeiro. 2005.
- DEMANT, Peter. *O mundo Muçulmano*. São Paulo. Editora Contexto. 2004.
- ESPOSITO, John L. *El desafío islâmico*. Madrid:Acento Editorial, 1996.
- FARUQI, Isma'il Raji. *At Tauhid (o monoteísmo) – suas implicações para o pensamento e vida*. International Islamic Federation of Student Organizations. s/d.
- GARCIA, Luz Gómez. *Diccionario del Islam y islamismo*. Madrid: Espasa Calpe, S.A. 2009.
- HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo. Companhia de Bolsa-Companhia das Letras. 2006.

- HOURANI, Albert.. *O pensamento árabe na era liberal (1798-1939)*. São Paulo. Companhia das Letras. 2005.
- ISBELLE, Munzer Armed. *A Revelação e a Ciência*. Rio de Janeiro: Qualitymark. 2010.
- ISBELLE, Munzer Armed. A explicação das Vinte bases formuladas pelo Iman e Mártir Hassan al Banna. Mimio.
- ISBELLE, Sami Armed. *O Estado Islâmico e sua Organização*. Rio de Janeiro. Editora AZAAN. 2008.
- JALAL, Ayesha. *Combatentes de Alá: a Jihad no sul da Ásia*. Luiz Roberto Mendes Gonçalves. São Paulo: Larousse do Brasil. 2009.
- JASMIN, Marcelo Gantus e JÚNIOR, João Feres. História dos conceitos - Debates e perspectivas. Rio de Janeiro. Editora PUC - Edição Loyola: IUPERJ. 2006.
- KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. Editora: Contraponto: Ed. PUC – Rio. 2006.
- MEIHY, Murilo Sebe Bon. *Por devoção à República: Nação e Revolução no Irã entre 1978 e 1988*. Dissertação de Mestrado – Puc-rio. Rio de Janeiro. 2007.
- PEREIRA, Rosalie Helena de Souza (organizadora). *O islã clássico – itinerários de uma cultura*. São Paulo. Perspectiva. 2007.
- PRADO, Abdennur. *EL lenguaje política del Corán – Democracia, pluralismo y justicia social en el Islam*. Madrid: Edotorial Popular. 2010.
- QUTB, Sayyid – *O Islã: A religião do Futuro*. Movimento da Juventude Islâmica. s/d,
- QUTB, Sayyid – *Normas no caminho do Islã*. International Islamic Federation of Student Organizations. s/d.
- SAID, Edward. *Orientalismo - o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo. Companhia das Letras. 2007.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo. Companhia das Letras. 1995.
- SILVA, Cristiane Nascimento. “*O tempo do Domínio do Homem Ocidental chegou ao fim*”: *Nação e Civilização em Sayyid Qutb*. Monografia – Puc-rio. Rio de Janeiro. 2006.

VERACELLIN, Giorgio. Instituciones del Mundo Musulmán. José Ramón Monreal (trad). AYUBI, Nazih. *EL Islam político. Teorías, tradición y rupturas*. Ana Herrera (trad). Barcelona: Biblioteca del islam Contemporáneo/Ediciones Bellaterra. 2003.

ZAIDAN, Abdul Karim. *O indivíduo e o Estado no Islam* – Centro de Divulgação do Islam para América Latina – São Paulo.

Referência web sites

<<http://www.av.af.mil/au/awc/awcgate/milreview/abo.pdf> - 16/10/2010 - 18:26.

<<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rces/artigos/69/RCCCS69-017-052-abddoolkarim%20vakil.pdf> - 25/10/2010 - 13:45.

<http://www.jptfernades.com/docs/aideologia_do_islamismo_radical.pdf- 25/10/2010 - 16:30.

<http://www.youngmuslims.ca/biographies/display.asp?ID=7>- 20/05/2010 – 15:30.